



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

ANDRÉ MARTINS DE BRITO

COPRODUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA RURAL DE BURITIS-MG

Buritis – MG

2019

FICHA CATALÓGRAFICA

BRITO, André Martins.

Coprodução da segurança pública na zona rural do município de Buritis – MG/André Martins de Brito, Buritis – MG: Universidade de Brasília, Orientadora: Dr^a. Josivania Silva Farias. 2019. 28 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Buritis – MG, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Coprodução, cidadão, segurança pública.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

ANDRÉ MARTINS DE BRITO

COPRODUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA RURAL DE BURITIS-MG

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professora Orientadora: Dr^a. Josivania Silva
Farias

Buritis – MG

2019

ANDRÉ MARTINS DE BRITO

COPRODUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA RURAL DE BURITIS-MG

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do aluno

André Martins de Brito

Dr^a. Josivania Silva Farias

Professora-Orientadora

MSc. Roque Magno de Oliveira,
Professor-Examinador

MSc. Olinda Maria Gomes Lesses
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019.

RESUMO

Possuir a mentalidade que o cidadão apenas tem direito a segurança pública e que não pode fazer nada para melhorar é um pensamento arcaico. Assim, a Carta Magna brasileira de 1988 descreve a obrigatoriedade da prestação do serviço pelo Estado, porém também estabelece que a segurança pública é responsabilidade de todos. A coprodução surge como forma de envolvimento do Estado com o cidadão na prestação de determinado serviço público. Assim, o presente estudo procurou identificar os fatores que induziram o cidadão da zona rural do município de Buritis – MG a coproduzir na área de segurança pública, bem como o perfil desses cidadãos. Os dados foram coletados por meio de roteiro de entrevista a produtores rurais do município. Por meio das respostas de 20 produtores rurais foi realizada análise da sensação de segurança, tempo de coprodução na atualidade e futuro, envolvimento do cidadão para contribuir com a polícia e tornar sua comunidade mais segura e formas de coprodução utilizadas pelos produtores rurais no município de Buritis – MG. Como resultados e conclusões observou-se que o cidadão não se sente seguro na zona rural e, que somente quando necessário separa um tempo para a coprodução da segurança da área. Porém *ad futurum* todos pretendem coproduzir mais. Também se constatou que existe um grupo de whatsApp com agentes policiais e cidadãos residentes da área, em que os cidadãos contribuem com informações, equipamentos e serviços aos órgãos policiais, o que pode ser classificado como coprodução dos tipos/formas: coprodução institucionalizada/econômica, em que os serviços públicos relevantes são prestados pelo ente público juntamente com um grupo de cidadãos organizados para prestação regular de determinado serviço público. Assim, com a participação do particular na prestação desse serviço, busca-se a melhoria do serviço prestado pelo Estado o que gera também economia para administração pública.

Palavras-chave: Coprodução, cidadão, segurança pública.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos entrevistados:	16
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Métodos e técnicas empregados na pesquisa:	14
Quadro 2 – Caracterização do sujeito da entrevista:	15
Quadro 3 – Caracterização dos fatores que motivam a coproduzir:.....	17
Quadro 4 – Aspectos relacionados à satisfação:.....	18
Quadro 5 – Caracterização do tempo de voluntariado:	20
Quadro 6 – Formas de coprodução de segurança:	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIGS – Cidadão Integrante de Grupo de Segurança

CNGS – Cidadão Não Integrante de Grupo de Segurança

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Formulação do problema	7
1.2	Objetivo Geral.....	8
1.3	Objetivos Específicos.....	8
1.4	Justificativa.....	8
2	REVISÃO TEÓRICA	10
2.1	Coprodução de segurança pública.....	10
2.2	Cidadão coprodutor	11
2.3	Motivação para coprodução	11
2.4	Aspectos relacionados com a satisfação do cidadão com os serviços públicos	12
2.5	Propensão do cidadão a coproduzir serviço público	13
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	14
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	16
4.1	Descrição do perfil dos sujeitos	16
4.2	Os fatores que motivaram a coproduzir segurança	17
4.3	A satisfação do produtor rural com os serviços públicos de segurança	18
4.4	A propensão e a média de tempo dedicado à coprodução de serviços públicos de segurança na zona rural, na atualidade e o tempo pretendido no futuro	19
4.5	As formas de envolvimento dos cidadãos da zona rural nas atividades de coprodução de segurança na área analisada	21
5	CONCLUSÃO	23
6	REFERÊNCIA	25
7	APÊNDICES	25

1 INTRODUÇÃO

O povo brasileiro tem direito a alguns serviços essenciais oferecidos pelo Estado, entre eles está à segurança pública que é dever do Estado.

No entanto, atribuir somente ao ente público a responsabilidade por oferecer determinado serviço seria ingenuidade, pois a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 144, faz referência ao direito, mas também à responsabilidade de todos para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A segurança pública em termos mais amplos englobaria o direito a uma vida digna, onde o ser humano tenha a possibilidade de desenvolver as suas potencialidades contribuindo para o bem-estar de todos.

Nesse sentido, diante da limitação da estrutura governamental em se fazer presente em todos os lugares na prestação do serviço público, surgem os particulares que passam a se organizar na prestação de determinado serviço, de forma individual ou em conjunto com determinados órgãos públicos, formando assim uma coprodução na prestação de determinado serviço.

O conceito de coprodução cria novos parâmetros para a entrega de serviços públicos que, na visão tradicional, deveriam ser produzidos exclusivamente por agentes públicos. Sendo estes responsáveis por todo o trabalho de criação e fornecimento do serviço, enquanto o cidadão assumiria o papel de consumidor e avaliador (PESTOFF, 2006). Esse pensamento se choca com a CF/1988 e também com o conceito de coprodução definido por Joshi e Moore (2004, p. 40) que a definem, como “a prestação de serviços públicos, regular e de longo prazo, entre agências estatais e grupos de cidadãos organizados, na qual ambos fazem contribuições relevantes para a geração do serviço”. Nesse sentido, a coprodução tem potencial de utilização em quase todo tipo de atividade pública. (ALFORD; YATES, 2015).

Assim, pressupondo que a coprodução de serviços públicos qualifica e melhora a produção de determinado serviço, pode se esperar como consequência a satisfação do cidadão com os serviços recebidos do governo (PESTOFF, 2006).

No estado de Minas Gerais é possível verificar a coprodução da segurança pública envolvendo a Polícia Militar de Minas Gerais e a sociedade presente na maioria dos 853 municípios. Como exemplos de atores que podem compor uma rede de coprodução da segurança pública, estão: os Conselhos de Segurança Pública – CONSEP; Rede de vizinhos

protegidos; Rede de vizinhos rurais protegidos; Rede de Bancos Protegidos; Rede de proteção preventiva; Base Comunitária; Base Comunitária Móvel; entre outros.

Sendo assim, as iniciativas para promoção da segurança pública devem ser multidisciplinares, pois em várias situações não têm como ser resolvidas de forma unilateral.

No Estado de Minas Gerais ações como esta, desenvolvidas pela sociedade e os órgãos de segurança pública, refletem em boas ideias. Por esse motivo, é possível criar programas/projetos que possam gerar grandes impactos tanto em cidades pequenas quanto em grandes. Isso leva a perceber que quanto mais se trata o ser humano com dignidade, mais aumenta a possibilidade de alcançar resultados positivos por meio da coprodução.

1.1 Formulação do problema

A presente pesquisa será baseada no trabalho de Borges Jr. e Farias (2017), realizado no Distrito Federal e regiões administrativas buscando identificar a participação mútua do particular com o poder público na coprodução da segurança, saúde e meio ambiente.

A referida pesquisa buscou identificar: o perfil e hábitos dos cidadãos; a coleta dos dados do estudo por meio de um *survey*, analisados pelos métodos estatísticos; Teste T de *Student*, Coeficiente de Correlação de *Spearman* e por modelos de regressão linear. O resultado foi baseado nas respostas de 360 habitantes do DF. Constatou-se que os cidadãos colaboram primeiro com os serviços de saúde, segundo meio ambiente e por último segurança, e que para o futuro demonstraram propensão a coproduzir mais (BORGES JR; FARIAS, 2017).

No trabalho de Borges Jr. e Farias (2017), foram analisadas algumas variáveis, a fim de verificar a satisfação, senso de eficácia, tempo voluntariado e formas de coprodução.

Nesse sentido, o presente trabalho será uma réplica de Borges Jr. e Farias (2017) no setor da segurança pública na zona rural do município de Buritis – MG, buscando observar a sensação de segurança, eficácia da coprodução do cidadão com a Polícia Militar e o tempo de voluntariado. Ressalte-se, entretanto, que será realizado um estudo qualitativo e não quantitativo como o estudo seminal.

Assim, pergunta-se: Qual a propensão do cidadão proprietário/morador da zona rural do município de Buritis – MG a coproduzir serviços públicos de segurança e qual a percepção da coprodução na segurança pública na zona rural e os reflexos na cidade de Buritis – MG?

1.2 Objetivo Geral

Verificar motivações, ações e percepções do cidadão-morador da zona rural de Buritis – MG, relacionados com coprodução a segurança pública na região.

1.3 Objetivos Específicos

Levantar fatores que motivaram a coproduzir segurança;

Verificar a satisfação do produtor rural com os serviços públicos de segurança;

Verificar a propensão e a média de tempo dedicado à coprodução de serviços públicos de segurança na zona rural, na atualidade e o tempo pretendido no futuro;

Verificar os modos de envolvimento dos cidadãos da zona rural nas atividades de coprodução de segurança na área analisada.

1.4 Justificativa

No cenário internacional desde 1960, é possível observar que dois fatores têm sido a tônica para explicar as práticas eficientes na segurança pública, sendo a descentralização do poder de polícia e o papel exercido por atores políticos locais. Assim, é extremamente importante a participação dos governos centrais para direcionar, capacitar e promover o desenvolvimento institucional e informacional (CERQUEIRA et al., 2017).

Cerqueira et al. (2017) fazem uma reflexão da arquitetura institucional para que o Governo Federal possa induzir os estados e municípios a produzirem e por consequência chegarem a objetivos comuns e metas de diminuição da violência.

A presente pesquisa traz como contribuições a discussão sobre coprodução da segurança pública na zona rural do município de Buritis – MG e seus reflexos na sensação de segurança local. Esta contribuição tanto é teórica quanto empírica, uma vez que o tema tem sido abordado de maneira tímida no Brasil.

A referida pesquisa também poderá contribuir a nível estadual e servindo para discussões futuras, pois o Estado de Minas Gerais é o quarto maior do Brasil em extensão territorial e o presente trabalho está sendo realizado em um município da região do noroeste

mineiro, buscando verificar a propensão e percepção da coprodução da segurança pública na zona rural, sendo que tal estudo poderá ser discutido ou comparado com trabalhos futuros realizados em outras regiões.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Coprodução de segurança pública

O termo coprodução começou a ser abordado no final da década de 1970 por Elinor Ostrom que percebeu a necessidade da interação de órgãos de segurança com a comunidade e vice versa. Ostrom (1996) utilizou o conceito de coprodução para explicar por que a polícia precisava da comunidade do mesmo modo que a comunidade precisava da polícia (BORGES JR; FARIAS, 2017).

Nesse sentido, percebeu-se que se cidadãos não noticiarem fatos criminais à polícia, não há como prevenir ou solucionar os crimes. Assim, o termo coprodução foi criado para demonstrar a relação entre o provedor e o beneficiário do serviço.

Seguindo essa linha de raciocínio para conceituar coprodução, Alford e Yates (2015), entendem que o termo “produção” se refere à transformação de um recurso tangível ou intangível inicial em um resultado final com valor adicionado. O prefixo “co” denota que essa transformação será feita por duas ou mais partes, ou seja, entre o cidadão e o governo, que contribuirão, dedicando tempo e esforço.

O modo de envolvimento do cidadão na coprodução de segurança comunitária pode ser realizado com pouca cooperação ou com cooperação direta com a polícia, individualmente ou em grupo. Assim, é importante destacar a forma de coprodução do cidadão, como: Atividades que realizam para aumentar a proteção e diminuir crimes e os benefícios que tais atividades irão proporcionar. Entre as atividades individuais ou residenciais estão a instalação de equipamentos de proteção (alarmes, fechadura, iluminação externa etc.), atividades de autoproteção (técnicas de autodefesa e evitar locais perigosos). (PERCY, 1978).

Segundo Percy (1978), os cidadãos individualmente ou em grupos em cooperação direta com a polícia exercem um papel fundamental na coprodução de segurança, fornecendo informações e denúncias para solucionar e prevenir crimes. Citando, ainda, como exemplo a cidade de Rochester, Nova York, em que uma modalidade de policiamento é realizada a pé por um policial e um cidadão, sendo que o cidadão jamais atuará como um policial, pois não tem treinamento ou capacitação para isso, mas é um instrumento facilitador e de ligação entre a polícia com a comunidade e o comércio.

Assim, também tem os conselhos de polícia comunitária, grupos de pessoas de determinada localidade com a própria polícia e autoridades locais, *lobbying*, realizam reuniões

com o intuito de identificar problemas comuns aos cidadãos, com objetivo de prevenir, reprimir crimes e fornecer dicas de segurança, como: melhorar a iluminação do bairro, aumento da vigilância pelo cidadão e maior envolvimento com a polícia na coprodução de segurança (PERCY, 1978).

2.2 Cidadão coprodutor

O termo cidadão representa o indivíduo que vive em sociedade ou grupos, mantendo entre eles reciprocidade. O cidadão é aquele indivíduo que tem o direito de usufruir e desempenhar os direitos oferecidos pelo Estado.

O cidadão coprodutor é o particular que atua em conjunto com o Estado ou privado na prestação de serviço público. Ora por interesse particular ou do grupo, contribuindo com tempo e esforços necessários para tornar determinado serviço público eficaz.

Segundo Borges Jr. e Farias (2017) diversos autores se referem ao coprodutor de serviços públicos, quando se relaciona com o governo, pela denominação “cidadão”. Alford (2002) fez o esforço de diferenciar cada nomenclatura, apresentando qualidades distintivas para o coprodutor classificado por ele como cliente, voluntário ou cidadão. Entretanto, mais tarde, Alford e Yates (2015) passam a se referir ao coprodutor de serviços públicos utilizando o termo “cidadão”. Sendo este o termo adotado ao referir-se ao usuário coprodutor de serviços públicos.

2.3 Motivação para coprodução

De acordo com Percy (1978) os cidadãos não são apenas um “cliente” da polícia, mas sim participantes ativos com capacidade de coproduzir na segurança local e contribuir com a polícia na segurança e prevenção.

Assim, as motivações que levam uma pessoa a coproduzir são complexas e versáteis, pois existem as motivações intrínsecas, comunidade local e até mesmo o sentimento de contribuir com as leis. Assim, é levada em consideração a percepção de alguns fatores motivadores, se a coprodução é vista como uma recompensa ou sanção. Os motivos são tão complexos que alguns cidadãos/clientes sentem dificuldade para executar determinada

atividade de coprodução por falta de competência ou pela dificuldade, sendo assim necessário que a organização simplifique e melhore as habilidades da pessoa na execução da tarefa. Tendo como um dos motivos a auto eficácia cidadã, pois tem uma relação modesta com os níveis de coprodução. (ALFORD; YATES, 2015).

Alford (2002) entende que os motivos que levam o cidadão a coproduzir estão os valores intrínseco e extrínseco. Os valores intrínsecos são os sentimentos internos da pessoa, como: amizade, reconhecimento, moral, normativo, sensação de fazer a diferença. Já os extrínsecos, são os valores externos, como: bens, dinheiro e serviços.

Assim, um dos fatores está no sentimento em que o cidadão possui de fazer a diferença, auto eficácia, direcionando a recompensas intrínsecas do cidadão. Outro fator é a satisfação com o serviço prestado, Alford (2002) explica que contribuintes de países do oeste tem maior probabilidade de cumprir com suas obrigações, quando recebem do governo serviços de qualidade. (ALFORD; YATES, 2015).

Nesse sentido, Alford (2002) entende que a motivação para coproduzir, baseia-se em: incentivos materiais (bens), incentivos solidários (grupos) e incentivos expressos (causa comum).

2.4 Aspectos relacionados com a satisfação do cidadão com os serviços públicos

Segundo Alford e Yates (2015) é possível identificar alguns aspectos relacionados à satisfação do cidadão com o serviço público, como o senso de eficácia, nível de informação e se é consultado pelo governo. No entanto, apesar da expectativa que quanto mais satisfeito, maior seria a coprodução, mais uma vez a correlação de Pearson demonstrou uma correlação fraca não sendo possível estabelecer uma relação de satisfação com o nível de coprodução.

Borges Jr. E Farias (2017) observaram que a satisfação e o senso de eficácia não explicavam a coprodução na área da saúde, meio ambiente e segurança. E ainda, que, a coprodução ocorre independentemente do cidadão está satisfeito com o serviço coproduzido.

Loeffler et al. (2008) observaram que o cidadão dinamarquês estava satisfeito com o serviço público, mas não coproduzia de forma elevada. Já os cidadãos alemães estavam com menor nível de satisfação com os serviços prestados pelo governo e coproduziam mais.

Assim, os aspectos relacionados à satisfação do cidadão estão as informações e resposta recebidas do poder público quanto a crimes e a segurança local, oportunidades oferecidas pela polícia e agências públicas para melhorar a segurança local, reconhecimento

do cidadão utilizando sua experiência para melhorar a segurança, ser consultado sua opinião pelos órgãos públicos sobre crimes, problemas ambientais e situações que afetam a saúde. (ALFORD; YATES, 2015).

2.5 Propensão do cidadão a coproduzir serviço público

Pesquisa realizada por Borges Jr. e Farias (2017) constatou que os cidadãos moradores do Distrito Federal – DF, participantes do estudo, colaboravam mais frequentemente com os serviços públicos da saúde, seguidos por meio ambiente e segurança. Segundo Alford e Yates (2015) os cidadãos australianos são mais propensos a coproduzir nos serviços públicos de segurança e meio ambiente. Para Loffler et al. (2008) os cidadãos europeu tendem a se dedicar em maior nível à saúde.

No trabalho realizado pode se observar que no Distrito Federal – DF, o cidadão independentemente da área, tende *ad futurum* a coproduzir serviços públicos mais que atualmente (BORGES Jr.; FARIAS, 2017).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O estudo foi realizado no município de Buritis – MG, que faz divisa com o Estado do Goiás e é um dos 3 (três) municípios (ao lado de Unaí e Cabeceira Grande) de Minas Gerais que integra a RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, o município de Buritis possui uma área territorial de 5.225,186Km², com população estimada em 2018 de 24.663 pessoas, sendo a economia baseada na agricultura, pecuária de corte, leite, comercio e pequenas industrias. Destaca-se que Buritis é o quarto maior produtor de grãos do estado de Minas Gerais.

Assim, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando o método qualitativo descritivo para discussão, com entrevistas conduzidas a partir de roteiro estruturado com perguntas abertas que foram respondidas por proprietários rurais, totalizando 20 entrevistados.

A tabela 1 a seguir explicita os métodos que foram utilizados para a coleta de dados, a fim de se verificar a percepção e propensão do produtor rural em coproduzir segurança pública.

Quadro 1 – Métodos e técnicas empregados na pesquisa.

OBJETIVOS	FONTES DOS DADOS	TIPO DE DADO COLETADO	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS	TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS
Levantar os fatores que motivaram a coproduzir segurança	Cidadão proprietário de imóvel rural	Bens/valores, segurança.	Entrevista roteiro de perguntas e gravador	Análise de conteúdo
Verificar a satisfação do produtor rural com os serviços públicos de segurança	Cidadão proprietário de imóvel rural;	Sensação de segurança; Dicas e informações de segurança;	Entrevista roteiro de perguntas e gravador	Análise de conteúdo
Verificar a propensão e a média de tempo dedicado a coprodução de serviços públicos de segurança na zona rural, na atualidade e o tempo pretendido no futuro;	Cidadão proprietário de imóvel rural;	Percepção e propensão à coprodução atual e <i>ad futurum</i>	Entrevista roteiro de perguntas e gravador	Análise de conteúdo

Verificar os modos de envolvimento dos cidadãos da zona rural nas atividades de coprodução de segurança na área analisada	Cidadão proprietário de imóvel rural;	Grupos de comunicação virtual; Projetos com a polícia; Contribuições	Entrevista roteiro de perguntas e gravador	Análise de conteúdo
---	---------------------------------------	--	--	---------------------

Os sujeitos participantes das entrevistas foram 20 cidadãos produtores rurais e moradores da região. Sendo que 6/20 participam de um grupo de aplicativo de *Whatsapp* juntamente com agentes de segurança pública para coprodução de segurança na zona rural, dos seis, 1/6 é do gênero feminino. Já os 14/20 entrevistados restantes não fazem parte de nenhum grupo específico para coprodução de segurança na zona rural, sendo 3/14 do gênero feminino.

Com o fim de melhor caracterizar os participantes da pesquisa, optou-se por utilizar as seguintes siglas para os sujeitos das entrevistas, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Caracterização do sujeito da entrevista.

SIGLA	SUJEITO DA ENTREVISTA
CIGS	Cidadão integrante de grupo de segurança
CNIGS	Cidadão não integrante de grupo de segurança

Por fim, o estudo abordou a coprodução do cidadão no serviço da segurança pública na zona rural do município de Buritis – MG, sendo um total de 19 perguntas (vide roteiro de entrevistas no Apêndice A), das quais as quatro perguntas iniciais buscaram definir o perfil do entrevistado e as seguintes verificaram a percepção do cidadão-morador da zona rural, relacionados com coprodução da segurança pública na região. O referido roteiro foi criado pelo pesquisador, sendo, que os dados foram registrados por meio de aplicativo que grava a voz e depois foram transcritos. A utilização das respostas foi limitada à análise de conteúdo, que definiu os trechos que respondessem os objetivos da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo serão apresentados os resultados da análise das entrevistas, assim, com base na avaliação da literatura os resultados poderão ser discutidos. Nesse sentido, a apresentação dos resultados seguirá a sequência apresentada nos objetivos específicos abordados na introdução e capítulo de métodos e técnicas da pesquisa. A apresentação dos sujeitos da pesquisa ocorrerá por meio de siglas conforme citadas anteriormente, com fim de facilitar a abordagem dos resultados e discussões.

4.1 Descrição do perfil dos sujeitos

A pesquisa foi realizada com 20 participantes e, observou-se que a maioria (14/20 – 70%) possui idade acima de 40 anos. Que apenas 4/20 – 20% são do gênero feminino. Que apenas 1/20 – 5% possuem o ensino fundamental incompleto. Que a maioria (11/20 – 55%) possui uma renda familiar mensal maior que R\$10.000,00 mil reais.

Assim, a maioria dos cidadãos participantes da pesquisa possui renda familiar elevada, pois apenas 2/20 – 10% recebem menos que R\$5.000,00 mil reais e a maioria dos sujeitos possui idade acima de 40 anos.

Tabela 1 – Perfil dos sujeitos entrevistados

Variáveis	Números %
Gênero	
Feminino	4/20 – 20%
Masculino	16/20 – 80%
Grau de instrução	
Pós-graduação	2/20 – 10%
Superior completo	7/20 – 35%
Superior incompleto	0/20 – 0%
Médio completo	9/20 – 45%
Médio incompleto	1/20 – 5%
Fundamental completo	0/20 – 0%
Fundamental incompleto	1/20 – 5%
Renda familiar mensal	
Menor que R\$ 5.000,00	2/20 – 10%
Entre R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	7/20 – 35%
Maior que R\$ 10.000,00	11/20 – 55%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.2 Os fatores que motivaram a coproduzir segurança

Para identificar os fatores que motivam o cidadão da zona rural do município de Buritis – MG a coproduzir segurança foi necessário analisar a sensação de segurança, senso de eficácia da prestação do serviço público, satisfação e tempo de coprodução.

Segundo Borges Jr. e Farias (2017) por meio da análise dessas variáveis espera-se identificar o nível de coprodução atual do cidadão.

Assim, analisando as respostas dos sujeitos da pesquisa observou-se que entre os fatores que motivam o produtor rural a coproduzir está à sensação de insegurança, medo, proteção de bens, desejo de contribuir para tornar sua região segura e a insatisfação com o serviço prestado pelo poder público.

Quadro 03 – Caracterização dos fatores que motivam a coproduzir.

CONTEÚDO DAS DECLARAÇÕES	ENTREVISTADOS	MOTIVOS	REFERÊNCIA
<ul style="list-style-type: none"> • Não se sente seguro na zona rural; • Proteger bens e animais; • Ajudar os vizinhos para tornar a área mais segura; • Insatisfação com os serviços da segurança prestados 	<p>Dos 20 entrevistados 6/6 CIGS e 10/14 CNIGS não se sentem seguros; 6/6 CIGS e 13/14 CNIGS vigiam a propriedade de vizinhos voluntariamente (sentimentos intrínsecos); 1/6 CIGS e 6/14 CNIGS estão insatisfeito com serviços prestados pelo governo.</p>	<p>Insegurança; medo; Bens; vontade de fazer algo; insatisfação com os serviços prestados pelo poder público.</p>	<p>Alford (2002)</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Todos os entrevistados CIGS (6/6) e 10/14 CNIGS narraram não se sentirem seguros na zona rural do município. Assim, representando os sujeitos da pesquisa o CIGS identificado pelo número 06 descreveu:

“Atualmente não me sinto seguro. A gente fica muito vulnerável, antigamente eu dormia na Fazenda hoje eu já prefiro ficar na cidade. A gente corre muito risco de ser abordado enquanto está dormindo às vezes a pessoa acha que você tá com dinheiro na fazenda ou quer levar seu carro... Eu não me sinto seguro na fazenda, principalmente na parte da noite”.

Assim, permite-se concluir que a insegurança na zona rural do município é o principal motivo a coprodução de segurança. Segundo Alford (2002) acredita que para coprodução voluntária o cidadão produza insumos de trabalho sem consumi-los individualmente, esse pensamento está relacionado a expressar valores humanitários e apoiar causas altruístas.

4.3 A satisfação do produtor rural com os serviços públicos de segurança

Para verificar a satisfação do produtor rural participante da pesquisa alguns itens foram analisados.

Entre os seis entrevistados que fazem parte do grupo CIGS, 5/6 manifestaram estarem satisfeitos com os serviços públicos de segurança prestados. Já os 14/20 pertencentes ao grupo CNIGS, 8/14 manifestaram satisfação.

Quadro 04 – Aspectos relacionados à satisfação.

CONTEÚDO DAS DECLARAÇÕES	ENTREVISTADOS	CATEGORIA	REFERÊNCIA
Não recebo informações de segurança dos agentes policiais	Dos 20 entrevistados 1/6 CIGS e 13/14 CNIGS	Aspectos relacionados com à SATISFAÇÃO	Alford e Yates (2015)
Peço informações aos agentes ou órgãos de segurança somente quando preciso	Dos 20 entrevistados 3/6 CIGS e 14/14 CNGS		
Os agentes de segurança não pedem minha opinião sobre crimes ou segurança na zona rural	Dos 20 entrevistados 3/6 CIGS e 12/14 CNGS		

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ao analisar as respostas dos cidadãos participantes da pesquisa observasse que a proporção de satisfação dos participantes do CIGS é maior, representando esse ponto de vista o CIGS 04 respondeu o seguinte:

“(...) recebo informações de segurança dos agentes policiais através da rede de fazendas protegidas... estou satisfeito com os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública, porque no interior a polícia é mais eficiente do que na cidade grande... mesmo com pouco efetivo a policia faz (...)”.

O CIGS com número 07, disse:

“(...) depois que a gente entrou na Rede de fazendas protegidas faço contato pessoalmente com a PM... Tenho recebido informações de medidas e precauções... Estou satisfeito com o serviço prestado pela Polícia Militar... mas falta policiamento na zona rural (...)”.

No item, “os agentes de segurança pedem a sua opinião?”, quase a totalidade dos cidadãos não integrantes do grupo de *Whatsapp* para promover segurança 12/14 responderam não serem consultados. Já 3/6 – 50% dos integrantes do CIGS responderam não serem consultados.

Os resultados permitem concluir que os cidadãos por fazerem parte de um grupo/rede social por aplicativo com agentes de segurança, isso gera uma relação de satisfação com o serviço público. Segundo Alford e Yates (2015) o incentivo do cidadão a participar de atividade de responsabilidade pública e relevante, motiva o individuo criando uma sensação de pertencimento social, induzindo assim a coprodução. Todavia, não é possível afirmar, neste estudo, que existe uma relação entre o nível de coprodução e a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos prestados pelo Estado.

4.4 A propensão e a média de tempo dedicado à coprodução de serviços públicos de segurança na zona rural, na atualidade e o tempo pretendido no futuro.

Segundo Alford e Yates (2015) os cidadãos australianos são mais propensos a coproduzir nos serviços públicos de segurança e meio ambiente. No Distrito Federal – DF constatou-se que os cidadãos moradores, participantes do estudo de Borges Jr. e Farias (2017), colaboravam mais frequentemente com os serviços públicos da saúde, seguidos por meio ambiente e segurança.

Nesse sentido, observou-se que o cidadão, participante da pesquisa, produtor rural do município de Buritis – MG, considerando-se 15/20 (75%) dos entrevistados não separam um tempo específico para coproduzir segurança em sua propriedade ou região, mas sempre que necessário estão à disposição para coproduzir individualmente ou em prol de determinado grupo. Dos 5/20 (25%) entrevistados, sendo todos os cinco pertencentes ao grupo de CIGS dedica um tempo diário para cuidar da segurança em sua propriedade ou área, inclusive com instalação de sistema de filmagem e segurança particular em sua residência rural.

Vejamos a resposta do CIGS de número 07.

“(...) eu tenho contratado vigilantes durante a noite o pessoal fica ligado no que tá acontecendo né, eu tenho a vigilância de câmera e estou sempre com atenção nas imagens... Olho Vivo é que tá sendo implantado pelos Produtores Rurais são 16 câmeras que serão instaladas em pontos estratégicos, por entradas e saídas da cidade... tento ajudar, no futuro quero ajudar ainda mais (...)”.

CIGS 06

“(...) eu acho que essa preocupação com segurança ela nunca vai poder se estabilizar, porque enquanto você inventa uma coisa para dificultar a bandidagem já está vindo com a solução, então sempre você vai dar um passo na frente dele, então isso nunca vai acabar”.

Quadro 5 – Caracterização do tempo de voluntariado

CONTEÚDO DAS DECLARAÇÕES	ENTREVISTADOS	CATEGORIA	REFERÊNCIA
Atualmente contribuo para segurança	Dos 20 entrevistados 5/6 CIGS e 7/14 CNIGS	Tempo de voluntariado	Alford e Yates (2015)
No futuro quero separar mais tempo para segurança	Dos 20 entrevistados 20/20		

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Loeffler et al. (2008) constatou que na Europa 17% dos cidadãos estavam dispostos a separar poucas horas para cuidar da segurança da comunidade. No Distrito Federal 9,4% dos sujeitos da pesquisa demonstraram a mesma disposição (BORGES Jr.; FARIAS, 2017).

Assim, observou-se que o cidadão participante da pesquisa que possui propriedade rural no município de Buritis – MG e que faz parte do grupo de CIGS possui propensão a separar um tempo diariamente a coproduzir 5/6 – 83,3%, enquanto os integrantes do grupo de CNIGS possui propensão de 7/14 – 50% a coproduzir somente quando necessário. No entanto, todos os sujeitos da pesquisa *ad futurum* possuem a intenção de coproduzir mais na área da segurança.

Os resultados permitem concluir que a maioria (75%) dos cidadãos alvo do estudo não separa um tempo específico para a coprodução, mas somente quando é necessário. No entanto, todos os entrevistados *ad futurum* querem coproduzir mais. Percepção também identificada por Borges Jr e Farias (2017) no estudo realizado no Distrito Federal em que os cidadãos demonstraram a mesma predisposição.

4.5 As formas de envolvimento dos cidadãos da zona rural nas atividades de coprodução de segurança na área analisada

Entre todos os cidadãos participantes da pesquisa da zona rural do município de Buritis – MG, apenas 1/20 – 5% narrou que “só vigio a propriedade do vizinho se ele pedir...” (CNIGS 09).

Assim, os sujeitos da pesquisa em sua maioria (19/20 – 95%) participam voluntariamente das atividades de coprodução de segurança, vejamos o entrevistado CIGS 01.

“(...) a gente tem que se unir, da mesma forma que o vizinho precisa de mim eu preciso do vizinho, então sempre que eu vejo algum suspeito ou alguma coisa que não tá nos conformes da rotina da propriedade a gente já entra em contato com a polícia ou até mesmo com o vizinho para descobrir o que tá acontecendo ali, dando uma ajuda ao vizinho e aumentando a segurança para a gente e de forma coletiva”.

Na visão tradicional o serviço público deveria ser produzido somente pelo Estado e o cidadão seria apenas o avaliador e consumidor desse serviço. (PESTOFF, 2006).

Em âmbito governamental temos a coprodução institucionalizada conceituada como a prestação de serviços públicos, pelos entes públicos juntamente com grupos de cidadãos organizados para uma prestação regular e em longo prazo de determinado serviço público. (JOSHI, A.; MOORE, 2004). Vejamos a resposta do CIGS sobre investimento em sistema de câmeras (Olho Vivo).

“(...) polícia militar recebeu uma câmera... não tinha como instalar. Assim, no grupo de fazendas protegidas alguém comentou... fez um orçamento que ficou em R\$ 30.000,00 reais para comprar mais cinco câmeras e fazer a implantação. Disponibilizaram 20 proprietários e aí dividiu, ficando por R\$1.500,00 reais para cada um... Esse serviço de monitoramento vai entregar pronto para a Polícia e ficaremos responsáveis pela manutenção (...)”.

O termo, voluntario, define o cidadão que não será apenas o receptor do serviço público, mas que fornecerá insumos ou trabalho, para utilização individual ou do grupo. (ALFORD, 2002).

Quadro 06 – Formas de coprodução de segurança.

CONTEÚDO DAS DECLARAÇÕES	ENTREVISTADOS	CATEGORIAS	REFERÊNCIAS
Segurança prestada unicamente pelo Estado	Dos 20 entrevistados 1/20 - CNIGS 09	Estatal	PESTOFF (2006)
	Dos 20 entrevistados 6/6 CIGS e 13/14	Coprodução voluntária	ALFORD (2002)

Prestação de segurança voluntária	CNIGS	Social	PESTOFF (2006)
Prestação de segurança entre órgãos de segurança e grupos organizados	Dos 20 entrevistados 6/6 CIGS	Coprodução institucionalizada	JOSHI; MOORE (2004)
		Econômica	PESTOFF (2006)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os resultados permitem concluir que os entrevistados pertencentes ao grupo reunido por aplicativo de WhatsApp com agentes policiais são os que tendem a coproduzir mais de forma institucionalizada/econômica entregando ou custeando equipamentos, meios para prestação de segurança pública na zona rural. Assim, coprodução institucionalizada pode ser conceituada como a prestação de serviços públicos, pelos entes públicos juntamente com grupos de cidadãos organizados para uma prestação regular e em longo prazo de determinado serviço público. (JOSHI, A.; MOORE, 2004).

5 CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi verificar motivações, ações e percepções do cidadão-morador da zona rural de Buritis – MG, relacionados com a coprodução da segurança pública na região.

Quanto ao perfil dos entrevistados o estudo demonstrou que o público predominante possui idade acima de 40 anos e possui um grau de instrução e renda familiar mais elevada e possuindo maior predisposição para coproduzir segurança na zona rural do município.

Para facilitar a análise da pesquisa os sujeitos foram divididos em dois grupos, sendo o primeiro de cidadãos integrantes de um grupo de *WhatsApp* juntamente com agentes policiais com o propósito de promover segurança – CIGS e o segundo de cidadãos não integrantes de grupo para promover segurança – CNIGS.

Quanto aos motivos que levam o produtor rural participante da pesquisa a coproduzir segurança, percebeu-se que o fator principal é a insegurança, o medo de ser assaltado.

Nesse sentido, observou-se que os CIGS investem mais em segurança em sua propriedade rural e região rural, com instalação de refletores, câmeras e contratação de seguranças.

A satisfação com os serviços prestados pela Polícia e tempo de voluntariado foram alvos do estudo, a fim de observar a percepção do nível de coprodução do produtor rural. Observou-se neste estudo que o cidadão alvo da pesquisa tende a separar um tempo para coprodução somente quando necessário e todos *ad futurum* querem separar um tempo maior para coprodução na área da segurança da região.

Respondendo sucintamente à questão de pesquisa formulada na introdução deste trabalho, é possível concluir que a coprodução da segurança pública na zona rural de Buritis – MG é percebida pelo cidadão como uma forma de diminuir a insegurança na região com ações individuais e coletivas. Sendo as ações individuais, instalação de refletores, câmeras e contratação de seguranças. Já as ações coletivas, envolvem cidadãos participantes de um grupo/rede social por aplicativo com agentes de segurança na prestação de determinado serviço público, os quais tendem a coproduzir de forma institucionalizada/econômica. Também se percebeu que os cidadãos-moradores da zona rural não separam um tempo específico para coproduzir, mas que pretendem *ad futurum* coproduzir mais com a segurança pública de sua região.

Por fim, para estudo futuro poderá ser realizado pesquisa para definir os impactos da coprodução de segurança na zona rural na cidade de Buritis – MG, pois no estudo observou-se um investimento dos produtores rurais em um sistema de monitoramento por câmeras em que a maioria será instalada nas principais entradas/saídas da cidade. Assim, os produtores acreditam que com a utilização de câmeras aumentará a segurança na zona rural.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (pesquisa em: 23 de janeiro de 2019).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Brasil Município por Município, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritis/panorama> (pesquisa em: 23 de janeiro de 2019).
- ALFORD, J. Defining the Client in the Public Sector : **A Social-Exchange Perspective**. p. 337–346, 2002.
- ALFORD, J.; YATES, S. Co-Production of Public Services in Australia: The Roles of Government Organisations and Co-Producers. **Australian Journal of Public Administration**, v. 75, n. 2, p. 159–175, 2015.
- BORGES J, J. M.; FARIAS, J. S. A coprodução de serviços públicos na perspectiva do cidadão: um estudo no Distrito Federal brasileiro. São Paulo/SP. EnANPAD 2017. 2017.
- CERQUEIRA, D. et al. Política Nacional de Segurança Pública Orientada para a Efetividade e o Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública Política Nacional de Segurança Pública Orientada para a Efetividade e o Papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2017.
- JOSHI, A.; MOORE, M. No Title. Institutionalised Coproduction: Unorthodox Public Service Delivery in Challenging Environments. **The Journal of Development Studies**, p. 31–49, 2004.
- LOEFFLER, E.; PARRADO, S.; BOVAIRD, T.; VAN RYZIN, G. If You Want to Go Fast, Walk Alone. If You Want to Go Far, Walk Together. Citizens and the Co-Production of Public Services. **Paris: French Ministry of the Treasury**, 2008.
- PERCY, S. L. Conceptualizing and Measuring Citizen Co-Production of Community Safety* Stephen L. Percy, Indiana University. **Society Review Law and Society Review**, v. 6, n. 8, p. 155–182, 1978.
- PESTOFF, V. Citizens and co-production of welfare services: Childcare in eight European countries. **Public management review**, v. 8(4), p. 503–519, 2006.

7 APÊNDICES

A. Roteiros de entrevista – PRODUTOR RURAL

1. Qual a sua idade?
 - a) 18 a 25
 - b) 26 a 35
 - c) 35 a 40
 - d) Acima de 40 anos
2. Qual é o seu gênero?
 - a) Masculino
 - b) Feminino
3. Qual é o seu grau de instrução?
 - a) Pós-graduação
 - b) Superior completo
 - c) Superior incompleto
 - d) Médio completo
 - e) Médio incompleto
 - f) Fundamental completo
 - g) Fundamental incompleto
4. Qual renda familiar mensal?
 - a) Menor que R\$ 5.000,00
 - b) Entre R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00
 - c) Maior que R\$ 10.000,00
5. Você se sente seguro na zona rural do município de Buritis-MG? Por quê?
6. Você investe com frequência em segurança na sua propriedade rural? Dê que forma?
7. Você recebe informações de segurança dos agentes policiais?
8. Você está satisfeito com os serviços prestados pela polícia?
9. Você investe com frequência na segurança da região rural? Dê que forma?
10. Os agentes de segurança pedem a sua opinião sobre crimes e segurança na zona rural?
11. O que você faz para melhorar a segurança na sua residência rural e região?
12. Você ajuda a vigiar a propriedade de vizinhos? Só se for solicitado ou voluntariamente?

13. Você acredita que o cidadão comum pode aumentar a segurança na zona rural? Dê que forma?
14. Atualmente você contribui com a segurança pública de sua área? Dê que forma? Pretende contribuir mais no futuro?
15. Quanto tempo em média você separa para cuidar da segurança em sua propriedade rural? E na região?
16. Com qual frequência você pede dicas de segurança aos agentes policiais ou órgãos de segurança?
17. Você já contratou ou possui segurança particular na sua propriedade rural?
18. Você participa de algum grupo de produtores rurais para a geração de segurança da região? Como funciona?
19. Você participa de algum grupo para ajudar a polícia no combate a crimes e aumentar a segurança na zona rural? Quais? Como funciona?

B. Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE

Título: COPRODUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BURITIS - MG.

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é VERIFICAR A PERCEPÇÃO DO CIDADÃO-MORADOR DA ZONA RURAL DE BURITIS – MG, NO TOCANTE À COPRODUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Sua participação neste estudo é voluntária. Estamos coletando informações para TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTOS: Se você decidir participar deste estudo, você participará de uma entrevista em grupo ou individual que durará aproximadamente 1 hora.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Todas as entrevistas serão gravadas em áudio. Os áudios serão ouvidos por mim e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será divulgado em nenhuma hipótese, no trabalho final. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. O equipamento para gravação será utilizado somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em áudio, você poderá participar deste estudo, e o entrevistador anotará suas respostas.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará a VERIFICAR A PERCEPÇÃO DO CIDADÃO-MORADOR DA ZONA RURAL DE BURITIS – MG, NO TOCANTE À COPRODUÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO.

, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá títulos em arquivos de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento por escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada na sede do Polo Universitário de Buritis - MG. Possui vínculo com a Universidade de Brasília – UNB através do Programa de curso de Pós-graduação sendo o aluno ANDRÉ MARTINS DE BRITO o pesquisador principal, sob a orientação da Prof^a Dr^a. JOSIVANIA SILVA FARIAS. Este pesquisador está disponível para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contate André Martins no telefone (38) 998-908-443 ou e-mail martinsbrito@gmail.com. Você terá uma via deste termo de consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contatar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

() Autorizo gravar a entrevista

() Não autorizo gravar a entrevista

Assinatura:

Data: _____

Endereço: _____

Telefone de contato: _____

Assinatura (Pesquisador):

Data: _____